A PROTEÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE CULTURAL

Legal protection of the cultural environment

Mariana Rosada Pantano¹

RESUMO

A proteção jurídica do meio ambiente cultural é o objeto do presente trabalho, que procura demonstrar a relevância do tema através do estudo histórico da preservação do meio ambiente, com especial enfoque ao aspecto cultural. O artigo destaca as contradições e conflitos decorrentes dos diversos interesses culturais no plano internacional, atentando para a influência nas relações entre os Estados. Para fins didáticos, apresenta-se o conceito legal de meio ambiente, nos seus aspectos natural, artificial, cultural e do trabalho. Em seguida, o trabalho trata do estudo da proteção jurídica do meio ambiente cultural, analisando os conceitos de cultura e patrimônio cultural e sua preservação no âmbito do direito nacional, destacando os dispositivos constitucionais e legais. Identificam-se os bens ambientais culturais brasileiros, com realce para o multiculturalismo e a multiculturalidade ambiental detectados em nossa sociedade e para o estudo dos instrumentos legais existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Tendo em vista a influência da preservação do meio ambiente cultural nas relações entre os Estados, passa-se então a uma reflexão acerca da proteção desse bem no plano internacional, oportunidade em que se discorre sobre os fundamentos da proteção e apresentam-se referências acerca do conceito de soberania, hoje em evolução, bem como os principais instrumentos jurídicos de proteção do meio ambiente cultural elaborados pela Unesco. A conclusão trata da importância da preservação da memória dos povos e suas influências políticas.

Palavras-chave: Brasil; Meio Ambiente Cultural; Proteção Legal.

ABSTRACT

Legal protection of cultural environment is the object of this study which seeks to demonstrate the relevance of the issue by studying the historical

¹ Procuradora do Estado de São Paulo. Especialista em Direito do Estado pela Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. São Paulo – SP – Brasil. E-mail: <mpantano@sp.gov.br>. Texto recebido em 02.08.2010 e aprovado em 20.09.2010.

preservation of the environment, with focus on the cultural aspect. The paper highlights the contradictions and conflicts arising from various cultural interests at the international level, with special attention to the influence in relations between States. For teaching purposes, it presents the legal concept of environmental in all of its aspect. Then, it approaches the legal protection of the cultural environment, analysing concepts of culture and cultural heritage and its preservation under national law, paying attention to the constitutional and legal provisions. As a result, the work identifies Brazilian cultural environment, giving emphasis on multiculturalism and multicultural environment found in our society and on the Brazilian legal instruments. Considering the influence of preservation of the cultural environment in relations between States, this paper analyses the protection of cultural environment in international level, when it discuss the fundamentals of protection and it presents references concept about sovereignty as well as the main legal instruments for protection of the cultural environment prepared by the Unesco. The conclusion approaches the importance of preserving the memory of people and their political influence.

Keywords: Brazil; Cultural Environment; Legal Protection.

1 HISTÓRICO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

A proteção ambiental é tão antiga que, segundo constatado por *Luis Paulo Sirvinskas*, “tem como fundamento a Bíblia Sagrada”², conforme se depreende dos Salmos 24:1 e 115:16. Neles há a ideia de que a natureza não se restringe aos animais, mas a tudo que há na Terra: vegetais, minérios, ar, água etc.

Já nas lições de *Edis Milaré*, “a delimitação de espaços territoriais protegidos para a preservação de certos atributos naturais é uma prática antiga, que, aliás, se espalhou por todos os continentes, motivada principalmente por razões socioculturais”³.

Na antiguidade, o meio ambiente determinava a localização das comunidades. Fato é que os povos se assentavam e edificavam suas cidades em torno dos rios, onde a terra era mais fértil.

² SIRVINSKAS, Luis Paulo. *Manual de direito ambiental*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 11.

³ MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 358.

O meio ambiente era utilizado em tempos de guerra, como a obstrução de diques ou desvio do curso de rio, a fim de que a cidade inimiga ficasse submersa ou sem água.

Documentos datados de mais de três milênios e meio, como a Confissão Negativa, encontrada no Livro dos Mortos Egípcio e o Código de Hammurabi (2050 a.C.), já demonstravam a preocupação com a preservação do meio ambiente, ainda que com conotação religiosa.

Na Idade Média, objetivava-se proteger espaços territoriais, os recursos da sua fauna e *habitat*, com a finalidade exclusiva de garantir a prática da caça pela realeza e pela aristocracia rural. Como reflexo, preservava-se a cultura da época.

Verifica-se, assim, que a necessidade de se proteger o meio ambiente no mundo ocidental tem sua origem na Europa.

Até meados do século XIX, novos mecanismos de proteção ambiental foram introduzidos, todavia com vistas à utilização dos recursos naturais por parcela da população, como a extração de madeira, frutos e água.

A preocupação com a conservação das áreas naturais, para que servissem à população como um todo, teve seu início com o advento da Revolução Industrial, momento histórico em que muitos trabalhavam em fábricas e necessitavam de espaços abertos para recreação.

Nessa oportunidade, importante destacar o caráter essencialmente elitista ou utilitarista da conservação do meio ambiente, sem que houvesse atenção voltada diretamente à natureza, muito menos consciência ecológica ou cultural.

Com o passar do tempo, percebeu-se que o desenvolvimento dos países, principalmente o industrial, se dava à custa dos recursos naturais vitais, o que provocava a deterioração dos recursos ambientais. Essa destruição afetava a humanidade, em especial a saúde, o que fez com que o meio ambiente passasse a tomar importância e ser merecedor de proteção jurídica especial.

Nas palavras de *José Afonso da Silva*:

“A necessidade de proteção jurídica do meio ambiente despertou a consciência ambientalista por toda a parte, até com certo exagero, mas exagero produtivo, porque chamou a atenção das autoridades públicas

para o problema da degradação e destruição do meio ambiente, natural e cultural, de forma sufocante.”⁴

O mesmo se percebeu no tocante à cultura. Com o crescimento populacional, ocupação territorial, construções urbanas e desenvolvimento tecnológico, a preservação das culturas e bens de relevante valor histórico arqueológico e etnográfico, assim como das obras de arte, levou à edição de legislações protetivas de cunho nacional e internacional.

De se ressaltar, todavia, que a preservação do meio ambiente cultural, no plano mundial, teve início no século XIX, na França, em decorrência da Revolução de 1789, momento histórico em que vários bens arquitetônicos e artísticos ligados à Igreja ou à história do *ancien régime* foram depredados ou destruídos.

Ensina *Eurípedes Clementino Ribeiro Junior* que:

“Originalmente, a preocupação preservacionista era voltada aos monumentos e objetos artísticos de valor excepcional, às vezes levando até mesmo à destruição de bens também relevantes, porém de menor importância artística, para destaque daqueles mais notáveis. Isto explica, por exemplo, a situação atual da Catedral de Notre Dame de Paris, totalmente isolada, eis que as edificações de origem medieval que garantiam sua autêntica ambiência, foram demolidas para lhe dar destaque no século passado, perdendo-se assim definitivamente um aspecto relevante do patrimônio cultural francês.”⁵

Em 1931, foi elaborada a Carta de Atenas, como resultado do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, visando à proteção dos imóveis de valores arquitetônicos não apenas isolados, mas também conjuntamente. Entretanto, vislumbra a necessidade de demolição de casas insalubres ao redor de algum monumento histórico, mesmo importando na destruição de construções seculares.

Todavia, o evento que despertou especial preocupação internacional foi a decisão de construir a grande represa de Assuan, no Egito, com a qual se inundaria o vale onde se situavam os templos de Abu Simbel, um tesouro da antiga civilização egípcia construída pelo faraó

⁴ SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 430.

⁵ RIBEIRO JUNIOR, Eurípedes Clementino. A preservação do patrimônio cultural e suas particularidades. *Revista Âmbito Jurídico*, Rio Grande, RS, v. 12, n. 70, nov. 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6918>. Acesso em: 11 jul. 2010.

Ramsés. Assim, em 1959, a Unesco lançou uma campanha internacional a partir de uma solicitação dos governos do Egito e Sudão. Foram realizadas pesquisas arqueológicas nas áreas que seriam inundadas, sobretudo nas cercanias dos templos de Abu Simbel e Filae, que foram então completamente desmontados e transportados para um terreno a salvo da inundação, sendo então montados novamente.

O sucesso do empreendimento conduziu a outras campanhas de salvamento, tais como a de Veneza, na Itália, a de Moenjodaro, no Paquistão e a de Borobodur, na Indonésia.

Em seguida a Unesco iniciou, com a ajuda do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), a elaboração de um projeto de Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural.

Então, em 1964, foi realizado o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que resultou na Carta de Veneza, que abandonou o conceito de excepcionalidade como requisito da proteção, preconizando em seu artigo 1º, *in verbis*:

“A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.”

Nota-se que no ano seguinte foi também trazida a ideia de combinar a conservação dos sítios culturais com a dos sítios naturais, partindo dos Estados Unidos, com a criação da Fundação do Patrimônio Mundial, “que estimulasse a cooperação internacional para proteger as ‘maravilhosas áreas naturais e paisagísticas do mundo e os sítios históricos para o presente e para o futuro de toda a humanidade’.”⁶

Atualmente, conforme se demonstrará no presente trabalho, o conceito de meio ambiente cultural foi alargado, abrangendo não só bens materiais, como imateriais, nos termos da Declaração do México de 1985, de forma a estender ao máximo a proteção jurídica aos valores culturais.

⁶ UNESCO. *O patrimônio: legado do passado ao futuro*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/culture-in-brazil/world-heritage-in-brazil/heritage/>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

1.1 A influência do meio ambiente nas relações internacionais

Ao lado da consciência ecológica, surgiu a ideia de que a proteção do meio ambiente deveria se dar em âmbito mundial, já que sua deterioração tem implicância na vida não apenas da fauna, flora e cultura setorializada, mas do homem e do próprio planeta. Proteção de cunho regional, sem a interação dos países, não seria suficiente.

Com efeito, tanto a poluição como os elementos do meio ambiente não conhecem os limites geopolíticos. Também a cultura dos povos influencia e é apreciada não só pelos seus praticantes.

São verificados, destarte, problemas ambientais que afetam mais de um país. Como exemplo, cita-se a poluição transfronteiriça, que é aquela cuja fonte física se situa em uma região submetida à jurisdição de um estado, mas produz efeitos em território que não lhe pertence.

Cita-se o caso da “Fundição Trail”, entre Estados Unidos e Canadá, resolvido por um tribunal arbitral em 1941. A população americana sofria as consequências danosas da poluição transfronteiriça, causada por corrente de ar que trazia fumaça tóxica (dióxido de enxofre), produzida no Canadá por uma empresa particular. Foi a primeira manifestação formal do Direito Internacional do Meio Ambiente, na qual ficou estabelecido que os Estados são responsáveis por atos poluidores dos particulares, quando essa poluição ultrapassa as suas fronteiras.

Ademais, verificou-se a problemática da exportação de poluição. Ela é constatada quando um Estado deliberadamente transfere sua poluição para outro, que a recebe em troca de favores políticos ou por remuneração, de forma a causar evidente risco não só ao meio ambiente, mas a toda a população.

A fim de se evitarem danos, ou ao menos solucionar os já existentes, foram elaborados tratados multilaterais sobre temas tópicos. Não havia, porém, qualquer mecanismo de consulta diplomática ou decisões quanto ao tema meio ambiente.

Assim, em 1960, começaram os movimentos ambientalistas, impulsionados pela expansão dos meios de comunicação, pela democratização das relações internacionais, pela ameaça de destruição em massa com a utilização da energia nuclear e pela ocorrência de grandes catástrofes ambientais.

Como resultado da preocupação social com o meio ambiente e a necessidade de produção de regras por fonte normativa de cunho

internacional, em 1972 foi realizada pela ONU, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, com a participação de 113 países. Nela alertou-se para a gravidade da degradação causada pelas nações ricas em seu processo de desenvolvimento, bem como para a limitação e escassez dos recursos naturais. Ademais, foi conceituado o que seria “desenvolvimento sustentável” e se estabeleceram princípios para a sua promoção.

Para a proteção do meio ambiente cultural, no mesmo ano, foi firmada a já referida convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural.

Desde então foram observados conflitos de interesses entre os países participantes, tanto no que diz respeito à preservação da natureza, quanto no que tange à cultura.

No tocante ao meio ambiente natural, é certo que cada qual buscava o controle sobre os bens essenciais e estratégicos da natureza, sem prejuízo de qualquer ordem – econômico, principalmente.

Alguns chegaram a propor uma política de “crescimento zero”, com objetivo de preservar o que ainda estava intacto. Logicamente a proposta foi rejeitada, ou os países pobres jamais alcançariam o desenvolvimento.

Por outro lado, países como o Brasil defendiam o “crescimento a qualquer custo”. *Edis Milaré* explica que essa política fundava-se:

“[...] na ideia de que as nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento, por enfrentarem problemas socioeconômicos de grande gravidade, não deveriam desviar recursos para proteger o meio ambiente. A poluição e a degradação do meio ambiente eram vistas como um mal menor.”⁷

A adoção de tal estratégia levou a considerável desenvolvimento industrial e econômico, todavia os reflexos no meio ambiente e saúde da população foram de grande monta.

Até a presente data, questões e disputas de cunho ambiental e econômico figuram no cenário internacional.

A título exemplificativo, no Oriente Médio, a água é produto mais raro e importante até mesmo que o petróleo, fator determinante de guerra e paz. Foi ela a responsável pelos israelenses se recusarem a deixar os territórios ocupados. Mais de dois terços da água consumida em Israel advêm de lençóis subterrâneos além das fronteiras anteriores a 1967:

⁷ MILARÉ, Edis, *Direito do ambiente*, p. 50.

Cisjordânia e Golan. Também os conflitos raciais na África acobertam a disputa por recursos naturais escassos, principalmente nas regiões do Zaire, Ruanda, Burundi e Uganda.

Não apenas o aspecto natural do meio ambiente causa atritos internacionais. A cultura, materializada em construções, esculturas e outros tipos de documentos, também é objeto de destruição entre os povos por motivos injustificáveis.

Como exemplo cita-se a paisagem natural e as ruínas arqueológicas do Vale de Bamiyan. Situado no Afeganistão, contém diversos testemunhos culturais do Reino da Bactria, dos séculos I a XIII, sendo importante manifestação da corrente Gandhara da arte budista. Em março de 2001, apesar dos protestos internacionais, por ordem do governo fundamentalista taliban, foram destruídas as duas estátuas dos Budas de Bamiyan, a maior das quais tinha 53 metros de altura, e que haviam sido escavadas em nichos na rocha por volta do século V e declaradas pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade.

Atualmente, entidades de conservação do patrimônio histórico mundial tentam reerguê-las. Joias de civilizações antigas, os monumentos, aos pés da cordilheira de Hindu Kush, eram dos poucos no mundo com a representação de Buda em pé. Os mais novos projetos reconstruíram a imagem das estátuas com a ajuda de fotos e projeções, criando uma ideia perfeita de como eram antes, o que pode tornar possível a reconstrução das estátuas.

Recentemente, o governo da Tailândia, país de maioria budista, ofereceu-se para refazer os monumentos. O Japão, a Suíça e a Alemanha trabalham há anos no projeto de reconstrução, coordenados pelo Icomos, uma organização não governamental dedicada à preservação dos lugares considerados patrimônios culturais ou históricos da humanidade.

Menciona-se, ainda, a polêmica em torno das charges ofensivas ao profeta Maomé, que causou a queda do ministro italiano Roberto Calderoli que, após usar camisetas com as caricaturas do profeta, pediu demissão, diante de protestos até mesmo da direita de seu país. No dia 22 de fevereiro de 2006, na Nigéria, os protestos contra as charges causaram a morte de mais de 20 cristãos e a destruição de igrejas, que simbolizam, de certa forma, o Ocidente.

Em reportagem publicada em 12 de fevereiro de 2005⁸, foi noticiado que um milhão de livros, 10 milhões de documentos e 14 mil peças artísticas perderam-se no Iraque como consequência da ocupação do país pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e exércitos de outros estados, conforme conclusões das investigações do venezuelano Fernando Báez.

Também foi denunciado que naquela época ainda havia soldados norte-americanos que roubavam tesouros e os vendiam nas fronteiras com a Jordânia ou o Kuwait, onde mercadores de arte pagavam US\$ 57 mil por uma tabuleta suméria, relíquia da antiga Mesopotâmia.

O inventário da destruição e a denúncia apresentada contra as tropas norte-americanas de ocupação mostraram que elas violaram a Convenção de Haia de 1954 sobre a proteção do patrimônio cultural, que adiante será estudada.

Verifica-se, assim, que o meio ambiente, seja em seu aspecto cultural ou natural, influencia as relações internacionais, trazendo conflitos que devem ser solucionados para se preservar a saúde e a memória do homem.

2 CONCEITO LEGAL DE MEIO AMBIENTE

O meio ambiente pode ser conceituado sob diversas óticas. A fim de delimitar-se a abrangência deste trabalho, adota-se o fornecido pela Lei n. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e que, em seu artigo 3º, inciso I, assim preconiza, *in verbis*: “Artigo 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - Meio ambiente, o conjunto de condições, lei, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”

Outrossim, é de se destacar que a Constituição Federal brasileira elevou o meio ambiente ecologicamente equilibrado a direito fundamental, ao preceituar em seu artigo 225, *in verbis*:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

⁸ VIRIATO. *A destruição da cultura pela guerra e pelos exércitos (o caso do Iraque)*. 2005. Disponível em: <<http://pimentanegra.blogspot.com/2005/02/destruio-da-cultura-pela-guerra-e.html>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

Depreende-se, destarte, dos dispositivos colacionados, que o meio ambiente, como bem jurídico protegido, deve ser observado em sua totalidade, holisticamente entendido como um conjunto de condições que abriga e rege a vida em todas as suas formas: tudo que está a nossa volta, não apenas o espaço circunscrito, mas todos os elementos, bióticos e abióticos, naturais e artificiais, suas relações e interações dos mesmos aspectos.

A doutrina classifica, dessa forma, quatro espécies de meio ambiente merecedores de proteção especial diferenciada: o meio ambiente natural, o meio ambiente artificial, o meio ambiente do trabalho e o meio ambiente cultural.

O meio ambiente natural é o integrado pelo ar atmosférico, águas superficiais e subterrâneas, estuários, mar, solo, subsolo, elementos da biosfera e flora.

O meio ambiente artificial, por sua vez, é o construído pelo homem.

“Cuida-se da ocupação gradativa dos espaços naturais, transformando-os em espaços urbanos artificiais. Essa construção pelo homem pode dar-se em espaços abertos ou fechados. Denominam-se espaço urbano fechado os edifícios, casa, clubes etc. e espaço urbano aberto as praças, avenidas, ruas etc.”⁹

O meio ambiente do trabalho é aquele que se relaciona com a segurança do trabalhador e salubridade do local onde labora.

Por fim, o meio ambiente cultural é o composto pelo patrimônio histórico e artístico, bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, por vinculação a fatos históricos ou pelo seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Apenas registra-se que a importância do desmembramento do conceito de meio ambiente consiste na maior praticidade para o entendimento e desenvolvimento do presente trabalho.

3 O MEIO AMBIENTE CULTURAL E SUA PROTEÇÃO

Inicialmente, é de se mencionar que a expressão cultura pode ser tomada sob, pelo menos, dois aspectos: “Complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-artes,

⁹ SIRVINSKAS, Luís Paulo, *Manual de direito ambiental*, p. 296.

ciências humanas e afins” e “o processo ou estado de desenvolvimento social de um grupo, um povo, ou uma Nação, que resulta no aprimoramento de seus valores, instituições, criações”.¹⁰

Maria Helena Diniz conceitua o vocábulo em análise sob diversas óticas. Dentre elas, destaca-se a advinda da filosofia geral e filosofia do direito:

“Aquilo que o ser humano acrescenta às coisas com a intenção de aperfeiçoá-las. Abrange tudo que é construído pelo homem em razão de um sistema de valores. O espírito humano projeta-se sobre a natureza, dando-lhe uma nova dimensão, que é o valor. Cultura é natureza transformada ou ordenada pelo homem com o escopo de atender aos seus interesses.”¹¹

A cultura, desse modo, sendo um processo de criação que revela as diversas fases das gerações humanas, faz nascer o patrimônio cultural, objeto de proteção inserido no conceito de meio ambiente.

Para melhor compreender a inclusão da cultura na proteção ambiental, transcreve-se a lição de *Edis Milaré*:

“Essa visão (holística) faz-nos incluir no conceito de meio ambiente – além dos ecossistemas naturais – as sucessivas criações do espírito humano que se traduzem nas múltiplas obras. Por isso, as modernas políticas ambientais consideram relevante ocupar-se do patrimônio cultural, expressos em realizações significativas que caracterizam, de maneira particular, os assentamentos humanos e as paisagens do seu entorno.”¹²

Com base nessa visão, pretende-se nos itens seguintes demonstrar como se dá a tutela do patrimônio cultural e destacar a importância de sua proteção, tendo em vista tratar-se da maior representação do caráter social do meio ambiente.

E exatamente nesse caráter social reside a preocupação do presente trabalho. A escolha do tema se deu tendo em vista o esquecimento de que o meio ambiente é formado também pelas tradições, expressadas em manifestações corporais, artesanais, religiosas ou pela construção de monumentos, que são tuteladas sob a designação de meio ambiente cultural.

¹⁰ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 916.

¹¹ DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 1., p. 1.185.

¹² MILARÉ, Edis, *Direito do ambiente*, p. 399.

3.1 No Brasil

3.1.1 Conceito de patrimônio cultural

Por patrimônio cultural entende-se: “O trabalho, a criatividade, a espiritualidade e as crenças, o cotidiano e o extraordinário de outras gerações anteriores, diante do qual a geração presente terá que emitir um juízo de valor, dizendo o que querará conservar, modificar ou até demolir.”¹³

De posse desse conceito e com a percepção multifacetária do meio ambiente, desde a Constituição Federal de 1934, o Brasil dispensa tutela jurídica ao patrimônio cultural.

Atualmente, a Constituição de 1988, dentro do Capítulo III, reservou uma seção à cultura e, no artigo 216, tratou do patrimônio cultural brasileiro. Tal artigo deu definição legal ao termo, ao assim dispor, *in verbis*:

“Artigo 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Com a denominação “patrimônio cultural”, a Constituição de 1988, além de determinar a proteção dos bens de valor histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, nos moldes da legislação anterior, também definiu a abrangência desses conceitos de uma forma ampla.

De se destacar mais uma vez os ensinamentos de *Edis Milaré*:

“O patrimônio cultural é brasileiro e não regional ou municipal, incluindo bens tangíveis (edifícios, obras de arte) e intangíveis (conhecimentos técnicos), considerados individualmente e em conjunto; não se trata somente daqueles eruditos ou excepcionais, pois bastam que tais bens

¹³ MACHADO, Paulo Affonso Leme, *Direito ambiental brasileiro*, p. 918.

sejam portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que forma a sociedade brasileira.”¹⁴

Assim, entende-se por patrimônio cultural tudo aquilo que porta a identidade, ação e memória de um povo, seja de natureza material ou imaterial.

3.1.2 O patrimônio cultural brasileiro

A cultura brasileira, e em consequência o patrimônio cultural brasileiro, sofreu as mais diversas influências. Nesta oportunidade, cabe lembrar, na atenta lição de *Luzia do Socorro Silva dos Santos*:

“A ocupação do território foi feita pelos portugueses a partir do século XVI. Aqui eles encontraram diversas nações indígenas, os originais habitantes. Depois vieram os africanos, de diferentes regiões da África. É inegável reconhecer que os primeiros representavam a etnia dominante e os dois últimos as dominadas no âmbito da sociedade nascente.”¹⁵

Essas foram as três matrizes étnicas que sofreram influência de imigrantes europeus, árabes e asiáticos nos séculos seguintes, formando uma nação plural.

A Constituição Federal de 1988, reconhecendo a existência de uma sociedade multiétnica, que acabou por se distanciar das matrizes originais e formar uma nova, com características próprias, não deixou de dispensar tratamento às origens culturais brasileiras.

Assim, o artigo 215 da Constituição Federal conferiu ao Estado a incumbência de proteger “as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Ademais, no Capítulo VIII do Título VIII, artigos 231 e 232, reservou tutela especial à cultura indígena.

Visando a tutelar as culturas afrobrasileiras, determinou o tombamento de “todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”, em seu artigo 216, parágrafo 5º. Por derradeiro, cita-se o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determinou que “aos remanescentes

¹⁴ MILARÉ, Edis, *Direito do ambiente*, p. 400.

¹⁵ SANTOS, Luzia do Socorro Silva dos. *Tutela das diversidades culturais regionais à luz do sistema jurídico-ambiental*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005. p. 89.

das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Todavia, não só as formações baseadas nas culturas indígenas e afrobrasileiras formam o patrimônio cultural brasileiro que, embora tenha nelas suas raízes, é constituído por qualquer bem que tenha relação de identidade, ação e memória com a formação da sociedade brasileira.

Por identidade se compreende:

“O processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre as outras formas de significado. A construção de identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela História, Geografia, Biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutural social, bem como em sua visão de tempo/espaco.”¹⁶

Ação, por sua vez, é a realização material ou imaterial, individual ou coletiva.

Já o termo memória tem sua origem etimológica no latim e significa a faculdade de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos anteriormente, reportando-se às lembranças, reminiscências. A memória cultural seria, assim, “a conservação de fatos ou ações do passado e do presente visando ao tempo futuro”.¹⁷

Além das expressões identidade, memória e ação, com a finalidade de proteger a cultura, a Lei Maior também emprega, por três vezes, o termo manifestação, traduzido como o ato de expressar, tornar público. Tal fato denota a preocupação em divulgar a cultura brasileira.

3.1.2.1 O patrimônio ambiental cultural brasileiro: conceito, natureza jurídica e titularidade

O patrimônio cultural brasileiro tem seu conceito legal esculpido no artigo 216 da Constituição Federal, já transcrito.

¹⁶ MACHADO, Paulo Affonso Leme, *Direito ambiental brasileiro*, p. 918.

¹⁷ MACHADO, Paulo Affonso Leme, *Direito ambiental brasileiro*, p. 919.

Por bem entende-se tudo o que possui valor. Ocorre que nem toda valoração possui conotação econômica ou seu titular é precisamente determinado.

Destarte, necessária se faz a compreensão do conceito de patrimônio cultural brasileiro à luz da Constituição Federal.

Diante da concepção multifacetária de meio ambiente exposto no início do trabalho, tem-se que:

“O meio ambiente cultural do Brasil se identifica com seu patrimônio cultural, possuindo as mesmas características do meio ambiente global – meio ambiente humano e ecologicamente equilibrado –, quais sejam, ser um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Isso revela sua natureza jurídica de bem difuso, que não pode ser apropriado por ninguém exclusivamente, identificado, ainda, por sua indivisibilidade e imaterialidade.”¹⁸

Assim, prefere-se empregar o termo patrimônio ambiental cultural, por ser mais adequado com a dogmática constitucional. Inseridos dentre os aspectos do meio ambiente, emerge a discussão acerca de sua utilização econômica.

Certo é que não se pode negar valor econômico aos bens ambientais, uma vez que o dano a eles pode ser submetido à apreciação monetária, como forma de compensação por perdas e danos morais e materiais, consoante preconizado nos artigos 5º, V, 216, parágrafo 4º, e 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal, além dos artigos 14, parágrafo 1º, da Lei n. 6.938/81 e 1º da Lei n. 7.347/85.

Todavia, quando o ordenamento jurídico tutela a cultura, o faz com vistas à qualidade de vida da pessoa humana, em especial a brasileira, sua história e identidade. Nesse aspecto, sua proteção funda-se no princípio da dignidade humana, o que não pode ser mensurado em moeda e denota a natureza imaterial do patrimônio cultural.

Destarte, a Constituição Federal, ao albergar no seu artigo 216 bens materiais e imateriais, valorizou a imaterialidade da cultura e a materialidade de seus símbolos. Em consequência, diante da variedade de componentes que integram o patrimônio ambiental cultural, diz-se ter ela natureza jurídica híbrida.

¹⁸ SANTOS, Luzia do Socorro Silva dos, *Tutela das diversidades culturais regionais à luz do sistema jurídico-ambiental*, p. 96.

No que tange à titularidade, já foi afirmado que os bens culturais, diante de sua inclusão dentre os ambientais, são de domínio público e por isso não se submetem à apropriação particular.

Quando se diz serem de domínio público os bens culturais, assim como qualquer bem ambiental, não se está a atribuir a sua propriedade aos órgãos públicos. Apenas significa dizer que, situados na esfera dos direitos difusos, sua titularidade é coletiva ou indeterminada, cabendo ao Estado a sua preservação.

Isso se dá porque tratam-se de interesses que ultrapassam o limite da esfera do homem isoladamente considerado, não sendo possível sua apropriação ou domínio individualizado, seja por ente estatal, seja por pessoas físicas.

Não se olvida, entretanto, que alguns bens que expressam a cultura brasileira se encontram sob o domínio particular, como propriedades com arquitetura diferenciada e quadros de pintores famosos. Para que tais bens sejam protegidos, utiliza-se a regra constitucional da função social da propriedade e se coloca ao particular o ônus da preservação do bem que está sob sua propriedade.

Nesta oportunidade, de se lembrar que incumbe ao poder público a promoção da proteção ao patrimônio cultural brasileiro, sendo que é ele quem institui as formas de identificação e proteção. Algumas delas, como o inventário, o registro e o tombamento, conciliam a existência do domínio privado sobre o bem e o exercício dos direitos culturais da sociedade.

A abrangência dos bens que constituem o patrimônio cultural ambiental brasileiro é ditada desde a Carta de 1937. Sob a sua égide, foi editado o Decreto-Lei n. 25, ainda em vigor, que determinou constituir o Patrimônio Histórico e Artístico Natural “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” e “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (art. 1º, *caput* e § 2º).

Também ainda antes do advento da Constituição Federal de 1988, a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural havia sido inserida no nosso ordenamento jurídico pelo Decreto n. 80.978, de 12 de dezembro de 1977. Essa convenção estabeleceu como patrimônio cultural, no artigo 1º, *in verbis*:

“Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupo de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os lugares notáveis: obras do homem ou obra conjugadas do homem e da natureza, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”

Todavia, diante da nova perspectiva traçada pela Constituição de 1988, deve-se dar maior abrangência ao termo “patrimônio cultural”, a fim de se compreender inserido nele todo e qualquer bem que demarque a identidade e dinâmica cultural brasileira, seu modo de viver e sua história, sendo esse bem natural, artístico, paisagístico, histórico, arqueológico etc.

Ademais, os referidos diplomas incumbiam à autoridade administrativa a eleição do bem que faria parte do Patrimônio Histórico e Artístico Natural. Tal fato se deu também em outros países, o que, de certa forma, fazia com que esse patrimônio fosse imposto pela livre vontade do governante, muitas vezes deixando de fora bens com os quais a sociedade realmente se identificava.

Os exemplos citados por *Edis Milaré* são de grande valia:

“[...] foram os reis da Espanha que determinaram, a seu gosto, a composição do Museu do Prado, nascido a partir das coleções reais. Como o rei Felipe II não apreciava El Greco, o Prado tem pouquíssimas obras desse genial pintor. Turner, por ser inglês, e Rembrandt, por ser holandês, isto é, pertencerem a nações inimigas tradicionais da Espanha, não puderam ter suas obras adquiridas... Imagine-se qual não foi o prejuízo sofrido pelo patrimônio cultural espanhol em razão do gosto ou da opinião política de seus antigos governantes?”¹⁹

Assim, com o passar do tempo, a identificação do patrimônio cultural passou à responsabilidade dos especialistas. Eles, todavia, não estavam isentos de preconceitos e, como destaca o autor acima citado, tal fato “levou à destruição eclética do século XIX no Brasil. A maioria dos técnicos preservacionistas eram arquitetos da escola modernista, que só valorizavam as edificações coloniais”. Conclui o autor: “Daí a lacuna existente em nosso patrimônio cultural e que, infelizmente, jamais poderá

¹⁹ MILARÉ, Edis, *Direito do ambiente*, p. 401.

ser preenchida, eis que os mais significativos exemplares ecléticos já não mais existem.”²⁰

Atualmente, em atenção ao preceituado no parágrafo 1º do artigo 216 da Constituição Federal, a comunidade brasileira é chamada a colaborar na proteção e promoção do seu patrimônio cultural, juntamente com o poder público, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A preservação desses bens realiza os princípios constitucionais da soberania e cidadania e, nos ensinamentos de *Luzia do Socorro Silva dos Santos*:

“[...] porquanto se situar no mundo e, contemporaneamente, num mundo globalizado, onde a indústria cultural mais poderosa espalha seus valores, pressupõe se reconhecer brasileiro, através de seus bens ambientais culturais, para a defesa de seus valores quando do exercício dos direitos.”²¹

Com essa preocupação, a legislação brasileira procura alargar a abrangência da proteção ambiental cultural, com vista à sadia qualidade de vida do ser humano, em especial os brasileiros e os habitantes do território nacional, no que diz respeito ao seu aspecto social.

3.1.2.2 Bens ambientais culturais

Inicialmente, apenas para melhor compreensão do título deste item, esclarece-se que alguns doutrinadores preferem a expressão bem ambiental cultural a bem cultural, como *Luzia do Socorro Silva dos Santos*. Isso porque estando tais bens inseridos no meio ambiente, a nomenclatura ora adotada reflete com maior propriedade a natureza de sua proteção jurídica e sua localização dentre os ramos do Direito.

Assim, de uma análise do *caput* do artigo 216 da Constituição Federal, compreendem-se por bens ambientais culturais todos aqueles que portam referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas

²⁰ MILARÉ, Edis, *Direito do ambiente*, p. 402.

²¹ SANTOS, Luzia do Socorro Silva dos, *Tutela das diversidades culturais regionais à luz do sistema jurídico-ambiental*, p. 102.

e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e, por fim, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

As formas de expressão compreendem as exteriorizações das manifestações culturais. Sedimentam a identidade nacional e influenciam o imaginário coletivo. Inseridas no primeiro inciso do dispositivo citado, acabam por englobar todos os demais, visto que modos de viver, edificações, criações artísticas, entre outros, não passam de formas de expressão da cultura brasileira.

A doutrina cita como primeira forma de expressão a língua portuguesa, com suas variantes regionais e expressões peculiares. Ao seu lado, cita-se a língua indígena, que nos termos do artigo 231 da Constituição da República, merece especial proteção, por se tratar de símbolo cultural brasileiro.

Também a música, as danças, o folclore, a literatura e as manifestações religiosas estão incluídos nas formas de expressão como patrimônio ambiental cultural. Algumas delas, como o samba, o frevo, o forró e o carnaval, carregam a cultura brasileira para além das fronteiras do país, de forma a promover a conscientização e divulgação da cultura brasileira em nível internacional.

No mesmo sentido, de se destacar que a Unesco, em outubro de 2003, aprovou uma convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da humanidade, cujo artigo 2º definiu o patrimônio cultural imaterial ou intangível como:

“Os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes – que as comunidades, os grupos, e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”

Os modos de criar, fazer e viver podem ser exemplificados como o modo de vida indígena, o artesanato e a culinária das diversas regiões brasileiras.

As criações científicas, artísticas e tecnológicas já encontram proteção no artigo 5º, IX, da Lei Maior, que assegura a liberdade de expressão. Entretanto, ganha especial tutela quando portam referência à identidade, memória ou ação da sociedade brasileira, sendo considerados bens ambientais culturais. Citam-se, dentre eles, a música popular brasileira e o cinema nacional.

As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais foram determinados pela Constituição como bens ambientais materiais, símbolos da cultura brasileira. Dentre eles, há que se mencionar as obras de Aleijadinho, os manuscritos das poesias de Gregório de Matos e Carlos Drummond de Andrade, o Teatro Municipal de São Paulo e o Teatro Amazonas, em Manaus.

Por fim, ao enumerar os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, a Constituição Federal deixou claro que tanto os espaços naturais quanto os construídos podem integrar o patrimônio cultural brasileiro.

Na mesma esteira, o artigo 23, III, da Constituição Federal estabelece a competência material comum das unidades da Federação para a proteção das paisagens naturais notáveis. Outrossim, o artigo 24, VII e VIII, da Constituição Federal confere a competência legislativa comum aos entes para a proteção do patrimônio paisagístico e responsabilidade por danos a bens e direitos de valor paisagístico.

Seguindo a orientação constitucional, a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, definiu as Unidades de Conservação da Natureza como sendo sítios de valor ecológico e científico.

Aqui cabe destacar a posição de *Paulo Affonso Leme Machado*, para quem não somente a paisagem natural notável se insere no conceito de patrimônio cultural paisagístico, mas também a construída pelo ser humano.

Nesse contexto, têm-se os conjuntos urbanos que “são formados por unidades que, somadas, têm um valor cultural próprio, notadamente arquitetônico, artístico e histórico, como são as cidades de Ouro Preto, Tiradentes e Mariana, em Minas Gerais, e Olinda, em Pernambuco”.²²

Embora construídos pelo homem, podem assumir papel de patrimônio paisagístico, merecedor da tutela especial.

Por fim, de se mencionar a Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961, recepcionada pela Constituição vigente, que dispõe sobre os bens ambientais culturais arqueológicos. Dentre eles podem ser mencionados os

²² SANTOS, Luzia do Socorro Silva dos, *Tutela das diversidades culturais regionais à luz do sistema jurídico-ambiental*, p. 108.

sítios históricos e arqueológicos das Missões Jesuíticas dos Guaranis, no Rio Grande do Sul.

3.1.3 Multiculturalismo e multiculturalidade ambiental brasileira

Multiculturalismo é um fenômeno social fundado na ideia de diferença. E desse ponto surgem discussões acerca dos direitos das minorias, sua identidade, reconhecimento e proteção.

Quando se fala em multiculturalismo e minorias, não só questões relativas à cultura em si são abordadas, mas também as referentes à identidade sexual, educacional e relações interpessoais.

Para o presente trabalho, todavia, a diversidade cultural é enfocada.

No Brasil, a diferença de espaços territoriais, com todas as implicações climáticas e suas consequências, culminou na diversidade de adaptação do homem ao meio ambiente natural. Ademais, numa sociedade como a brasileira, com bases étnicas tão distintas, natural que se verifique a formação de grupos, uns mais ricos, outros mais pobres, com interesses e identidades totalmente diferentes.

Ocorre que o respeito às diferenças, um dos pilares do constitucionalismo, nem sempre é verificado. Assim, é necessária a imposição de medidas assecuratórias à preservação das identidades desses grupos e, conseqüentemente, de todo conjunto de culturas brasileiras, fenômeno esse chamado multiculturalidade ambiental brasileira.

Mais uma vez, nas palavras de *Luzia do Socorro Silva dos Santos*:

“A multiculturalidade ambiental brasileira observada é uma das dimensões caracterizadoras e integrantes da pluralidade existente no meio ambiente cultural, identificada pelas diferenças regionais, originárias dos distintos fatores ecológicos, econômicos e imigratórios da ocupação humana no território nacional, que plasmaram diferentes modos de ser brasileiro. Em outras palavras, multiculturalidade ambiental aqui cunhada consiste em um dos elementos que caracterizam o sistema ambiental cultural brasileiro, formado por seu patrimônio.”²³

As diversas influências nas diferentes regiões do país formaram núcleos culturais que igualmente merecem respeito e proteção.

²³ SANTOS, Luzia do Socorro Silva dos, *Tutela das diversidades culturais regionais à luz do sistema jurídico-ambiental*, p. 139.

3.1.4 Tutela do patrimônio ambiental cultural brasileiro

Da análise do parágrafo único do artigo 216 da Constituição Federal, verifica-se que o poder público e a comunidade são incumbidos da promoção e proteção do patrimônio ambiental cultural brasileiro; entretanto, deixa ao legislador infraconstitucional a possibilidade de criar “outras formas de acautelamento e preservação”.

Dentre esses instrumentos, o registro e o tombamento se destacam, conforme veremos a seguir.

3.1.4.1 Registro de bens culturais de natureza imaterial

O Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000, instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, relativos aos bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

Dispõe que o registro será feito nos seguintes livros: I - Livro de Registro dos Saberes, no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, no qual serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, no qual serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, no qual serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (art. 1º, § 1º).

Nos termos do decreto, a inscrição de um bem em um dos livros de registro terá sempre como referência a sua continuidade histórica e relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

Aparentemente, ficará a critério do funcionário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a definição do tempo pretérito de vida do bem cultural, visto que o decreto não o estipula. Apenas há previsão de reavaliação, a cada dez anos, do bem cultural, para definir se o título de “patrimônio cultural do Brasil” será revalidado.

O segundo requisito exigido pelo decreto é a relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. O termo relevância nacional, todavia, sofre críticas porque, além de não ser textualizado na Constituição Federal, dada a multiculturalidade ambiental brasileira, algumas formas culturais podem não ter relevância

em determinadas regiões, todavia podem ser de extrema importância em outra. Assim, sugerem os especialistas que, ao lado da expressão *nacional* se coloque a *regional*.

Seguindo a orientação constitucional, o decreto em estudo legitimou a provocação da instauração do processo de registro tanto por membros do poder público como das comunidades, a saber: o Ministro de Estado da Cultura; as instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; as secretarias dos estados, municípios e do Distrito Federal; as sociedades ou associações civis.

Do pedido deve constar a descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, mencionando os elementos que sejam culturalmente relevantes. Essa instrução dos pedidos pode ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade pública ou privada que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria.

Finda a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para deliberação. Havendo decisão favorável desse conselho, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de “patrimônio cultural do Brasil”. O mesmo conselho revalidará ou não a concessão do título.

A reavaliação do bem deve ser feita, pelo menos, a cada dez anos. Não sendo aprovada a revalidação, o bem perderá o título, mas manterá registro, apenas como referência histórica.

3.1.4.2 O tombamento

O tombamento é o ato administrativo pelo qual a autoridade competente declara ou reconhece o valor artístico, histórico, paisagístico arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico de bens que, por isso, passam a ter proteção especial.

Conforme já anotado, o Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, instituiu o tombamento como forma de proteção do patrimônio cultural. Segundo *Celso Antônio Pacheco Fiorillo*, “tombar significa inscrever no Livro do Tombo, que, por sua vez, indica a existência nas

repartições competentes de um registro pormenorizado do bem que se pretende preservar, mediante a custódia do poder público”.²⁴

O mesmo autor, seguido de outros, como *Paulo Affonso Leme Machado* e *Carlos Frederico Marés de Souza Filho*, todavia, acredita que o tombamento pode ser realizado pela via judicial e administrativa, diante da ausência de impedimento constitucional e da exegese de seu texto para tanto.

O bem tombado pode ser privado, público ou difuso, quando então o procedimento será de ofício, voluntário ou compulsório.

Dar-se-á o tombamento de ofício nas hipóteses em que o bem seja difuso ou esteja no domínio público.

Se particular, o procedimento será voluntário ou compulsório, nos termos do artigo 6º do diploma legal referido. Será voluntário se o particular concordar com a notificação ou requerer o tombamento de seu bem. O compulsório dar-se-á no caso de inércia do proprietário diante da notificação, quando será considerada aceitação tácita, ou após decisão desfavorável do conselho consultivo de impugnação à notificação.

A eficácia do tombamento pode ser provisória ou definitiva. Terá o primeiro efeito quando realizado pela via judicial, por meio de liminar, ou na hipótese do artigo 10 do Decreto n. 25/37, que determina a provisoriedade da medida quando iniciado o procedimento pela notificação do proprietário. Será definitivo quando findo o processo na via administrativa, com a inscrição do bem no livro competente. Também terá efeito com o início da vigência da lei que o instituiu, ou com o trânsito em julgado da decisão judicial que determinar a inscrição do bem no livro.

Os efeitos do tombamento estão descritos no Capítulo III do Decreto n. 25/37. De início, constata-se que embora não se altere a propriedade do bem, surgem obrigações de preservação. Assim, a partir de sua efetivação, a sociedade e o poder público “passam a ter meios de assegurar que ele não seja alterado, conspurcado, deteriorado, destruído, e todas as alterações ou modificações que venha a ter dependem de autorização do órgão que o tombou”.²⁵

²⁴ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 226.

²⁵ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens culturais e sua proteção jurídica*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2006. p. 101.

Também os bens vizinhos sofrem os efeitos do tombamento. Com sua instituição, as propriedades vizinhas ao bem tombado não podem impedir ou reduzir a sua visibilidade, ou mesmo colocar anúncios e cartazes. Apesar de não haver previsão, costuma-se notificar os proprietários do entorno para acompanharem o processo de tombamento.

Outro efeito previsto no artigo 22 do diploma estudado é o direito de preferência dos entes públicos, na hipótese de venda do bem particular tombado. O bem será ofertado à União, estado e município em que se localiza o bem, nessa ordem. Tal efeito não impede, todavia, o proprietário de gravar livremente a coisa tombada. O bem, todavia, estará proibido de ser exportado.

A sua retirada do país só se dá mediante autorização e por curto prazo, sob pena de sequestro do bem e responsabilidade criminal.

Ademais, uma vez tombado, sua anotação no registro de imóveis será obrigatória.

As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, serem reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa. Tratando-se de bens pertencentes aos entes estatais, a autoridade responsável pela infração incorrerá pessoalmente na multa.

Se o proprietário de coisa tombada não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação necessárias ao bem, levará o fato ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de multa. Recebida a comunicação e consideradas necessárias as obras, o órgão mandará executá-las, às expensas da União, devendo ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação do bem.

À falta de qualquer das providências citadas, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

Todavia, prevê o decreto que uma vez verificada urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, às expensas da União, independentemente da comunicação por parte do proprietário.

Os bens tombados ficam sujeitos à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que julgar conveniente, não podendo os proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção.

Os bens públicos tombados têm reforçada sua inalienabilidade. Uma vez tombado, a venda somente será possível mediante lei autorizatória, e apenas a outros entes públicos.

Ainda de se mencionar o artigo 21 do Decreto n. 25/37, que equipara os atentados cometidos contra os bens tombados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Questão ainda debatida pelos doutrinadores é a natureza jurídica do tombamento e a necessidade de indenização.

Celso Antônio Bandeira de Mello afirma que o instituto em tela promove uma individualização do bem, com restrições e conseqüente prejuízo para seu proprietário. Nas suas palavras:

“Em nome do princípio da ‘igualdade dos ônus dos administrados em face do estado’, cabe indenização. Entender-se de outro modo, alguns seriam obrigados a suportar desproporcionalmente ônus estabelecidos em nome do interesse de todos, no que se estaria ferindo o princípio constitucional da isonomia.”²⁶

Em que pese o entendimento contrário, no sentido de ser o tombamento modalidade de limitação administrativa, de modo que não indenizar seja a regra, a posição acima transcrita é a que ora se adota. Com efeito, o tombamento acarreta ao proprietário do bem o ônus de bem preservá-lo e sujeitar-se a imposições desconhecidas pelos demais particulares.

3.1.4.3 Os demais instrumentos de preservação cultural

Ao lado do tombamento e do registro, cita-se a desapropriação para fins de preservação cultural.

Ela acontece apenas em casos excepcionais e pode ser utilizada para a proteção de conjuntos urbanos e para a otimização do uso de certas regiões. Exemplifica-se com o centro histórico de Curitiba, que teve alguns imóveis desapropriados para destinação cultural.

O inventário é outro meio citado pela Constituição Federal. Independe de lei reguladora, lembrando que: “Os órgãos públicos responsáveis pela preservação dos valores culturais podem e devem

²⁶ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 570.

promover o inventário dos bens, para ter uma fonte de conhecimento das referências de identidade que fala a Constituição em vigor.”²⁷

Ademais, é de se destacar a existência de leis federais voltadas à proteção do patrimônio cultural: a Lei n. 3.924/62, conhecida como a Lei dos Sambaquis ou do patrimônio arqueológico, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; as Leis ns. 4.845/65 e 5.471/68, que regulamentam a exportação de bens culturais; a Lei n. 6.513/77, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e locais de interesse turístico, considerados os de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, e as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram. Por derradeiro, menciona-se a Lei n. 9.605/98, que trata dos crimes contra o meio ambiente, dentre eles o meio ambiente cultural.

Não se pode deixar de apontar, por fim, os instrumentos jurídicos de proteção ao meio ambiente cultural.

A ação civil pública, com seu extensivo rol de legitimados e atuação efetiva do Ministério Público é o instrumento mais utilizado para esse fim. Também se cita a ação popular. Com a nova redação dada à Lei n. 4.717/65, possibilitou-se a propositura dessa ação constitucional para a proteção dos bens ambientais culturais, uma vez que patrimônio público passou a ser considerado “bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico”.

Por fim, ressalta-se que o mandado de segurança coletivo e o mandado de injunção podem ser utilizados como instrumentos jurídicos para a proteção do meio ambiente cultural.

3.2 Proteção internacional

3.2.1 Fundamentos da proteção internacional

Segundo já analisado anteriormente, o meio ambiente, em qualquer dos seus aspectos, desconhece as fronteiras políticas dos Estados.

Assim, visando a proteger a cultura de todos os povos, em especial com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU e da Unesco,

²⁷ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de, *Bens culturais e sua proteção jurídica*, p. 104.

foram estabelecidos acordos, convenções e recomendações, objetivando precipuamente coibir a subtração de bens culturais.

O primeiro documento internacional a se preocupar com a cultura foi o Acordo de Florença, datado de julho de 1950, que se destinava a favorecer a livre circulação de livros, publicações e objetos com caráter educativo, científico ou cultural, com vistas à não aplicação de direitos aduaneiros na importação desses produtos, para melhorar a circulação do conhecimento. Para o melhor entendimento de sua função, destaca-se a lição de *Carlos Frederico Marés de Souza Filho*:

“Na medida em que se estabelece um intercâmbio universal com a possibilidade da comunicação muito rápida, a criação universal se expande, ou em outras palavras, as fontes culturais dos produtores de todo o mundo se aproximam, de tal modo que a cultura chamada universal passa a ter elementos identificadores em quase todas partes do mundo. Passam a existir bens culturais que fazem reconhecer uma cultura internacional, mundial, como é impropriamente chamada, e que pertence a toda humanidade, sem excluir ou impedir a continuidade das identidades nacionais, locais e populares.”²⁸

Além desse acordo, outros documentos internacionais foram assinados, porém apenas com a intenção de mera colaboração ou intercâmbio para a proteção de bens nacionais.

A título exemplificativo, cita-se a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, estabelecida em 1954. Sua relevância consiste na criação de um registro dos bens culturais sob proteção, com a identificação de refúgios destinados a guardá-los, na hipótese de conflito armado. Ainda foi determinada a sinalização de centros monumentais e bens culturais imóveis de alta significação.

Todavia, foi apenas em 1972 que houve a aceitação jurídica da existência de bens culturais mundialmente relevantes, e que por tal motivo deveriam ser protegidos por todas as nações. A Unesco passou a exigir a defesa do patrimônio cultural “com uma força acima de cada nacionalidade individual. Somente então passou a se admitir uma lista de bens culturais e naturais que dizem respeito à Humanidade”.²⁹

Como consequência, foi aprovada a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, documento no qual foi destacado “que a degradação ou o desaparecimento de um bem cultural e

²⁸ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de, *Bens culturais e sua proteção jurídica*, p. 129.

²⁹ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de, *Bens culturais e sua proteção jurídica*, p. 130.

natural acarreta um empobrecimento irreversível do patrimônio de todos os povos do mundo”.

Com base nessas e em outras considerações, a Unesco deu início à proteção em caráter internacional do meio ambiente cultural, quando então as soberanias dos Estados signatários mais uma vez foram discutidas, com seu conceito revisto.

3.2.2 Soberania

Numa visão clássica, pode-se dizer que a soberania é o poder ilimitado do estado que não reconhece força superior em sua ordem interna e não se subordina a qualquer tipo de dependência no plano internacional. É frequente, nos dias de hoje, discutir-se essa noção.

Em primeiro lugar, relativamente às causas que começaram por abalar os alicerces da tradicional noção de soberania, cabe dizer que elas despontaram em meados do século passado, com as duas guerras que abalaram a Europa. A necessidade de reconstrução e o anseio pelo estabelecimento de condições para uma paz duradoura desencadearam uma nova concepção de relacionamento entre os Estados, que abandonaram o seu protecionismo econômico e o seu orgulhoso individualismo político, em prol de uma nova atitude de colaboração e mútua ajuda.

Foi notado que a independência dos Estados, embora essencial, deveria ser relativizada, dando lugar à importância dos valores comunitários, nomeadamente a ideia de solidariedade entre Estados mais e menos desenvolvidos.

Sendo assim, no Direito Internacional moderno, as convenções e os princípios que cuidam da necessidade de corrigir as desigualdades de fato entre Estados aparecem como um motor de promoção do equilíbrio entre as nações, numa ótica de solidariedade internacional.

Nesse passo, o reconhecimento do meio ambiente como bem a ser protegido em âmbito internacional iniciou-se com o já referido caso da “Fundição Trail”, a partir do qual firmou-se o entendimento de que os Estados são responsáveis pelos atos poluidores de seus habitantes nas hipóteses de poluição transfronteiriça.

Elaborou-se então o primeiro documento internacional de proteção ao meio ambiente, resultante da Conferência de Estocolmo de 1972, denominada Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, que

contém 26 princípios de comportamento e responsabilidade a serem seguidos pelos países signatários.

Nela encontram-se disposições acerca do crescimento populacional, a necessidade de crescimento econômico – principalmente das nações em desenvolvimento – e a conservação do meio ambiente, trazendo uma nova percepção sobre os recursos naturais.

De uma análise de tais princípios, verifica-se que todos se voltam à proteção do meio ambiente natural, com evidente preocupação com sua preservação também às futuras gerações. Dentre eles, destaca-se o de número 21, que assim preconiza, *in verbis*:

“Princípio 21 - Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo sua política ambiental e têm o dever de agir de tal modo que as atividades exercidas nos limites de sua jurisdição, ou sob seu controle, não causem prejuízo ao meio ambiente de outros Estados ou nas regiões que não dependam de qualquer jurisdição nacional.”

Ele prevê a possibilidade de exploração do meio ambiente pelos Estados, em conformidade com suas políticas ambientais, de forma a respeitar suas soberanias. Todavia, determina que suas atividades não podem causar prejuízos ao meio ambiente de outras localidades.

No mesmo sentido tem-se a Declaração de Canela, assinada em Genebra, em 13 de dezembro de 1979, que destaca a soberania, de forma concreta, quando trata da diversidade biológica (“os recursos biológicos são inequivocamente recursos naturais de cada país e, portanto, sobre eles é exercida a soberania nacional”), bem como ao dispor sobre as florestas, ao estabelecer que o aproveitamento econômico dos recursos florestais é um direito soberano dos estados que “pode e deve ser compatibilizado com a proteção do meio ambiente”.

O que se conclui, portanto, é que a noção de soberania persiste, também no que diz respeito às normas de direito ambiental, mas é relativizada, reconhecendo os Estados a necessidade de limitações e cooperação internacional, que é um princípio ambiental, para sua efetiva proteção.

3.2.3 Proteção dos bens móveis, imóveis e imateriais

Visando à proteção do meio ambiente cultural em âmbito internacional, várias convenções e tratados foram elaborados.

Com a finalidade de coibir a irregularidade e clandestinidade da prática comercial, a Unesco, em 1970, aprovou a Convenção sobre Medidas para Proibir a Exportação, Importação e Transferência de Propriedades Ilícitas de Bens Culturais, que estabeleceu que só passa a ter a qualidade de bem cultural aquele expressamente designado por cada Estado.

Ademais, adotou critérios para definir sua nacionalidade. Inicialmente, cabe salientar que tal procedimento se fez necessário porque ainda há discussão acerca da nacionalidade de bens culturais originários de um país e que, por qualquer motivo, passou a ser propriedade de outro, como no caso das múmias dos faraós egípcios que se encontram em museus da Europa.

Assim, adotou como critério a sua produção no território nacional, ou sua aquisição legítima. A legitimidade é apurada por meio da verificação de autorização da autoridade competente.

A importância da definição da nacionalidade reside no fato de que a convenção visa a coibir o tráfico de bens culturais havidos ou importados por meios ilegais.

A proteção dos bens culturais imóveis tem como base a recomendação elaborada em 1972 pela 17ª Reunião da Conferência Geral da Unesco que, em seu capítulo I, divide em três espécies o patrimônio cultural imóvel: monumentos, conjuntos e sítios.

Sua preservação, proposta como fator determinante de desenvolvimento nacional, vem acompanhada da proposta de criação de órgão público específico para proteção, preservação e restauração do patrimônio cultural, formação de pessoal especializado, inclusão, por meio de leis, de instrumentos protetivos, limitações administrativas, desapropriação dos bens principais, estabelecimento de sanções etc.

Os bens culturais imateriais, por sua vez, têm sua proteção calcada na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural da Humanidade, realizada em Paris, em 17 de outubro de 2003, cujo objeto é a proteção da diversidade cultural.

Essa convenção determina como patrimônio imaterial, em seu artigo 2º, *in verbis*:

“Os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes – que as comunidades, os grupos, e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”

Ademais, engloba as manifestações orais, incluindo o idioma, artes, espetáculos, rituais, festas, técnicas artesanais, conhecimentos e usos relacionados com a natureza e os usos sociais.

Para a preservação, é proposta uma política cultural, sendo recomendadas pesquisa, identificação, documentação, transmissão e valorização de tais manifestações.

Nesse ponto, importante destacar a responsabilidade dos Estados na preservação de seus bens culturais.

Inicialmente, cita-se o artigo 4º da Convenção da Unesco de 1972, que preconiza caber ao Estado a responsabilidade sobre os bens que integram seu próprio patrimônio, que tem também o dever de identificar, proteger e valorizar o patrimônio cultural e natural localizado dentro das suas fronteiras.

A Convenção de Haia sobre Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflitos Armados, por seu turno, em seu artigo 3º, estabelece que os Estados, mesmo em tempo de paz, devem salvaguardar os bens culturais de seus territórios contra os efeitos possíveis de um conflito armado.

O mesmo diploma prega o respeito ao bem cultural situado em território estrangeiro, proibindo a sua utilização e de seus entornos em atividades que possam expô-lo a destruição ou deterioração em caso de conflito armado.

Apenas para registro, anota-se que a cooperação internacional é pregada desde a Convenção de 1972, cujo artigo 7º “fala de um sistema de cooperação e de assistência internacional, visando a secundar os estados-partes nos esforços para preservação e identificação do patrimônio cultural e nacional”.³⁰

Também a Convenção para a Proteção do Patrimônio Imaterial, em seu artigo 19, estabelece a cooperação e assistência internacionais, com o intercâmbio de informações, experiências e iniciativas comuns.

Por fim, destaca-se o Fundo do Patrimônio Mundial, a seguir melhor analisado.

³⁰ CUREAU, Sandra Verônica. Patrimônio, uma noção complexa, identitária e cultural. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da; SOARES, Inês Virgínia Prado (Orgs.). *Desafios do direito ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado*. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 741.

3.2.4 Patrimônio cultural da humanidade

Diante do reconhecimento da necessidade e importância da preservação do patrimônio cultural em âmbito internacional, em 1972, a Unesco estabeleceu uma convenção para definir e proteger os bens pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade.

Ela define as classes de sítios naturais ou culturais que podem ser considerados para inscrição na lista do patrimônio mundial e fixa o dever dos Estados-membros quanto à identificação e papel que lhes corresponde na proteção e na preservação desses bens. Ao assinar a convenção, cada país se compromete a conservar não somente os bens do patrimônio mundial localizados em seu território, como também a proteger o próprio patrimônio nacional.

Nos dizeres de *Carlos Frederico Marés de Souza Filho*, “a preservação daqueles bens deixa de ser um problema de economia doméstica, para tornar-se um compromisso internacional”.³¹

Dentro dessa lista existe outra, a dos bens em perigo, que tem por objetivo chamar a atenção mundial para os fatores que ameaçam as características dos bens inscritos. Aos bens desta lista é dispensada atenção especial, e são eles objeto de uma ação emergencial dos respectivos países.

A solicitação de inscrição de um bem na lista do patrimônio mundial deve partir dos próprios Estados signatários. Ela deve incluir um plano que detalhe como se administra e se protege o sítio. Todavia, para serem incluídos na lista do patrimônio mundial, os bens culturais devem satisfazer a alguns critérios de seleção, quais sejam:

“i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se

³¹ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de, *Bens culturais e sua proteção jurídica*, p. 137.

tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).”³²

Notam-se, assim, as duas características comuns dos bens do patrimônio mundial: monumentalidade e excepcionalidade, isto é, a obra deve ser grandiosa, monumental, única, exemplar.

Cabe ao Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Cultural a avaliação da solicitação e organização da lista.

A partir da inscrição, o bem goza de identificação e garantia de proteção, que deve partir do Estado parte, que deverá despende inclusive esforços financeiros para a preservação. Destaca-se a criação do Fundo do Patrimônio Mundial, que tem por finalidade arrecadar verbas para custear programas de restauração ou mesmo proteção dos bens em perigo.

Tal fundo poderá ser usado quando esgotados os recursos do Estado, bem como nas hipóteses de catástrofe natural sobre o bem ou sítio do patrimônio mundial, como um terremoto, inundação, ou mesmo dano causado por conflito armado.

Cria-se, dessa forma, uma campanha internacional de suporte técnico e financeiro para resgate do bem atingido, que será incluído na lista dos bens em perigo.

3.2.4.1 O Brasil e os bens inscritos na lista

O Brasil aderiu à Convenção em setembro de 1977. Desde então tem elaborado inventários de seus bens e posterior solicitação ao Comitê da inscrição deles na lista do patrimônio mundial.

Encontram-se na lista, atualmente: a Cidade Histórica de Ouro Preto/MG; o Centro Histórico de Olinda/PE; as Missões Jesuíticas Guaranis, Ruínas de São Miguel das Missões/RS; o Centro Histórico de Salvador/BA; o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em

³² UNESCO. *O patrimônio: legado do passado ao futuro*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/culture-in-brazil/world-heritage-in-brazil/heritage/>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

Congonhas do Campo/MG; o Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu/PR; o Plano Piloto de Brasília/DF; o Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato/PI; o Centro Histórico de São Luiz do Maranhão/MA; o Centro Histórico da Cidade de Diamantina/MG; a Mata Atlântica, Reservas do Sudeste SP/PR; a Costa do Descobrimento, Reservas da Mata Atlântica BA/ES; o Parque Nacional do Jaú/AM; o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal MS/MT; o Centro Histórico da Cidade de Goiás/GO; as áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas/GO; as ilhas atlânticas brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas/RN.

Ademais, reconhecendo que o patrimônio cultural de um povo é essencial a sua identidade, podendo tornar-se importante fator de desenvolvimento sustentado, de promoção do bem-estar social e de cidadania, o Brasil aderiu ao Programa Monumenta.

Realizado pelo Ministério da Cultura e pelo IPHAN, em parceria com a Unesco, é executado com recursos de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento e dos entes da federação. Possui como finalidade a revitalização, de maneira sustentada, dos principais conjuntos patrimoniais urbanos do país.

O programa propõe uma ação permanente para manter conservados e socialmente apropriados os bens tombados dos municípios atendidos. Os projetos são baseados na manifestação da população interessada, de forma que os moradores dos municípios se engajem na promoção da proteção, por serem diretamente afetados, assim como os interessados na dinamização econômica, turística e imobiliária da cidade.

Dentre as principais atividades realizadas pelo programa, encontram-se a conservação e restauração de bens tombados; educação patrimonial e promoção da cultura, com a conscientização dos benefícios de sua preservação; promoção do turismo cultural e de eventos culturais; formação, treinamento e capacitação de mão de obra para a restauração das obras.

Atualmente, o programa possui 26 cidades inscritas, muitas também constantes da lista do patrimônio mundial da Unesco, o que representa a diversidade cultural brasileira.

3.2.5 Outros documentos

Apenas a título de curiosidade, além dos documentos citados, pode-se mencionar como essenciais à proteção jurídica do meio ambiente

cultural a recomendação sobre a conservação dos bens culturais que a execução de obras públicas e privadas possa pôr em perigo, da Unesco, que visa A proteger bens, ainda que não conhecidos, diante das obras realizadas nas cidades em expansão.

Também de se mencionar o Tratado de Cooperação Amazônica, assinado pelos países da bacia amazônica, que se ocupa da preservação cultural das populações indígenas.

Por fim, mas não menos importante, tem-se a Recomendação sobre os meios mais eficazes para tornar os museus acessíveis a todos.

Tais documentos, aliados aos demais já citados, promovem a união dos Estados signatários, ao menos no que toca à preservação do meio ambiente cultural, proporcionando às presentes e futuras gerações o acesso à história viva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procurou-se demonstrar que a preservação da cultura é tão importante quanto a promoção do meio ambiente em seu aspecto natural porque a história e os costumes de uma sociedade, manifestados através de bens corporificados ou não, são essenciais para a manutenção de sua identidade e formação das futuras gerações.

O bem-estar está ligado não somente ao meio ambiente físico, mas também à possibilidade de se apreciar o que é história e o que está sendo criado, mantendo sempre vivas as fontes de conhecimento.

Todavia, o desenvolvimento de uma sociedade sempre coloca em risco a integridade de monumentos e outras manifestações culturais. Dessa forma, não pretendendo obstar o avanço da humanidade, a criação de instrumentos legais e jurídicos se faz necessária para promover a preservação da cultura, sendo certo que a conscientização dos povos acerca de sua importância se faz igualmente imprescindível.

Ademais, verificou-se que o interesse na preservação do patrimônio cultural não toca somente à população local. Tratando-se de bem coletivo, aos povos de todo o planeta, o patrimônio cultural é afeto, sendo certo que a todos, indistintamente, deve ser assegurado o acesso à cultura de qualquer comunidade.

Somado a esse fato, os conflitos de interesses entre as diversas nações, por motivos políticos ou religiosos, por vezes destroem o patrimônio ambiental cultural.

Dessa forma, reconhecendo a importância de sua preservação em âmbito mundial, órgãos foram criados com a finalidade específica de sua promoção, o que culminou na elaboração de acordos internacionais para a preservação do meio ambiente cultural.

Diante de tanta desarmonia no plano internacional, é no mínimo confortante o fato de que os países deixam de lado o orgulho e se unam, ao menos, para a promoção e preservação do meio ambiente cultural.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- CUREAU, Sandra Verônica. Patrimônio, uma noção complexa, identitária e cultural. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da; SOARES, Inês Virgínia Prado (Orgs.). *Desafios do direito ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado*. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 728-752.
- CUSTÓDIO, Helita Barreira. Normas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro em face da Constituição Federal e das normas Ambientais. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, n. 6, p. 18-27, abr./jun.1997.
- DE PLÁCIDO E SILVA, Oscar José. *Vocabulário jurídico*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 1.
- FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de (Coord.). *Temas de direito ambiental e urbanístico*. São Paulo: Max Limonad; Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, 1998.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FREITAS, Vladimir Passos de (Org.). *Direito ambiental em evolução*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- REBELLO FILHO, Wanderley; BERNARDO, Christianne. *Guia prático de direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.
- RIBEIRO JUNIOR, Euripedes Clementino. A preservação do patrimônio cultural e suas particularidades. *Revista Âmbito Jurídico*, Rio Grande, RS, v. 12, n. 70, nov. 2009, Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6918>. Acesso em: 11 jul. 2010.
- RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Elementos de direito ambiental: parte geral*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- _____. *Instituições de direito ambiental*. São Paulo: Max Limonad, 2002. v. 1.
- SANTOS, Luzia do Socorro Silva dos. *Tutela das diversidades culturais regionais à luz do sistema jurídico-ambiental*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.
- SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual de direito ambiental*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens culturais e sua proteção jurídica*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2006.
- UNESCO. *O patrimônio: legado do passado ao futuro*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/culture-in-brazil/world-heritage-in-brazil/heritage/>>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- VIRIATO. *A destruição da cultura pela guerra e pelos exércitos (o caso do Iraque)*. 2005. Disponível em: <<http://pimentanegra.blogspot.com/2005/02/destruio-da-cultura-pela-guerra-e.html>>. Acesso em: 20 nov. 2010.